

TERRITORIALIZAÇÃO DO REGIONALISMO GAÚCHO COMO UMA CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DA BURGUESIA RURAL*

Marcelo Cervo CHELOTTI**

Resumo: O presente texto aborda a questão da “perda” de hegemonia da região do latifúndio gaúcho no decorrer do desenvolvimento socioeconômico, e, a conseqüente prosperidade e supremacia da região ancorada na agricultura familiar. A necessidade de um Rio Grande do Sul homogêneo e integrado uno em suas aspirações e vontades políticas propiciaram por décadas entre a esfera do poder regional comandada pela burguesia rural da Campanha Gaúcha. A grande heterogeneidade existente entre a cultura latifundiária-pecuarista e a dos pequenos proprietários-agricultores, fez emergir na década de 1930, entre a elite regional comandada pelos latifundiários, a necessidade de manutenção de seus interesses políticos e econômicos. A identidade regional materializada no imaginário social fundamentou-se em um gauchismo latifundiário, que prevaleceu sob todos os aspectos se territorializando em uma identidade gaúcha.

Palavras-chave: imaginário social; regionalismo; território e Rio Grande do Sul.

Resumen: En este texto proponemos abordar la temática relacionada con la “pérdida” de la hegemonía de la región del latifundio gaúcho durante el proceso de desarrollo socioeconómico y, la consecuente prosperidad y supremacía de la región sustentada por la agricultura familiar. La

Artigo desenvolvido a partir das reflexões e discussões realizadas na disciplina História Social do Trabalho no Brasil durante o 1º semestre de 2001, no Curso de Pós-Graduação em Geografia/UNESP – Presidente Prudente, sob responsabilidade da Prof. Drª. Eda Maria Lima.

Aluno do Curso de Pós-Graduação em Geografia/UNESP – Presidente Prudente, bolsista CAPES e membro do GEDRA – Grupo de Estudos: Dinâmica Regional e Agropecuária. E-mail: mchelotti@bol.com.br

necesidad de un Rio Grande do Sul homogêneo e integrado, unido por aspiraciones y ambiciones políticas, se perpetua durante décadas entre la esfera de poder regional comandada por la burguesía rural de la Campaña Gaucha. La gran heterogeneidad existente entre la cultura latifundista – pecuaria y la de los pequeños propietarios – agricultores, hizo surgir en la década de 1930, en la elite regional comandada por latifundistas, la necesidad de sostén de sus intereses políticos y económicos. La identidad regional materializada en el imaginario social se fundamentó en un gauchismo – latifundista, que prevaleció bajo todos los aspectos, territorializándose en una identidad gaucha.

Palabras-clave: imaginario social; regionalismo; territorio e Rio Grande do Sul.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao logo do processo histórico e socioeconômico, consolidou-se no Rio Grande do Sul um forte regionalismo, que se fundamentou em uma concepção oriunda da burguesia agrária resistente ao processo político e econômico que norteava as novas diretrizes para a economia nacional e conseqüentemente gaúcha.

Assim, “forjou-se” uma suposta identidade regional, como forma de resistência às transformações que começavam a ocorrer nos meados da década de 1930, principalmente com a crise na pecuária afetando diretamente a burguesia agrária.

Dessa maneira, a classe burguesa agrária latifundiária, utilizou-se da construção de um imaginário social materializado na sociedade gaúcha, para territorializar seus interesses econômicos e políticos que estavam por trás da simples identidade regional.

Nesse sentido, o presente trabalho baseou-se em alguns aspectos da obra de Cornelius Castoriadis, intitulada “A instituição imaginária da sociedade”. Também, buscou-se apoio teórico nos estudos regionais de Haesbaert (1988) e Heidrich (2000).

O reconhecimento de um Rio Grande do Sul homogêneo e integrado uno em suas aspirações e vontade política perpassou por décadas entre a esfera política e das classes dominantes. Assim, o enfrentamento de duas culturas totalmente diferentes, a dos latifundiários-pecuaristas e a dos pequenos proprietários-agricultores, fez emergir na classe dominante da época, a necessidade de manutenção de seus interesses e também materializar seus aspectos culturais.

Nesse sentido, o texto aborda a questão da perda de hegemonia da região do latifúndio no decorrer do processo socioeconômico, e a prosperidade e supremacia da região de agricultura familiar. E, mais recentemente, a hegemonia do setor urbano-industrial no nordeste gaúcho, inaugurando um novo regionalismo no estado.

A identidade regional materializada no imaginário social fundamentou-se em um gauchismo latifundiário, que prevaleceu sob todos os aspectos, se territorializando na identidade gaúcha.

2. O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO E A FIXAÇÃO DA FRONTEIRA NO RIO GRANDE DO SUL

A apropriação do território gaúcho, principalmente nas áreas fronteiriças entre Brasil, Uruguai e Argentina, deu-se praticamente na consolidação das sesmarias como apropriação legítima da posse da terra.

Para Ramos (1994) a questão da origem dos agentes sociais que constituem a burguesia agrária no Rio Grande do Sul, é um aspecto chave para o entendimento da constituição atual de suas práticas sócio-econômicas. Consideramos que, ao relacionarmos a dimensão da origem da propriedade, bem como da organização interna da propriedade, podemos ter um perfil das particularidades e diferenças que possam existir quanto ao âmbito da produção e relações sociais.

Assim, ao estudar o espaço agrário do Rio Grande do Sul, devemos analisar a forma como ocorreu a ocupação desse território, estabelecendo-se suas diferenças. A primeira diferença, refere-se inicialmente a ocupação do território gaúcho durante o império, em que

as lutas entre Portugal e Espanha eram constantes para a conquista e anexação de terras.

Assim, o Brasil meridional emergiu como um foco de tensão entre estes dois impérios. Desta maneira, as áreas que corresponde ao atual território gaúcho foram colonizadas por militares e políticos ligados ao governo imperial, que receberam grandes glebas de terras denominadas de sesmarias. As pessoas que foram contempladas com as sesmarias possuíam como função geopolítica realizar a proteção das fronteiras do território que estava sendo formado.

Neste sentido, percebe-se nitidamente a forma de ocupação da posse da terra nas regiões fronteiriças do Brasil meridional, nas quais a sesmaria dominava a paisagem regional.

Para Haesbaert (1988, p. 36) o processo de ocupação da posse da terra na região fronteiriça do Brasil meridional deu-se da seguinte maneira:

Apropriado o território, fixada a fronteira, articulavam-se nitidamente uma base econômica específica (a pecuária), um grupo hegemônico regional (o caudilhismo militar-pastoril) e uma identidade cultural-ideológica forjada no espaço latifundiário e nas práticas sociais a ele vinculada.

Desta maneira, articula-se na região, uma economia pujante e forte alicerçada na pecuária extensiva. Assim, pode-se inferir que a presença da grande propriedade latifundiária nas áreas fronteiriças do território gaúcho encontra-se na gênese de sua ocupação.

A grande propriedade definiu-se bloqueando a ascensão dos lavradores não servia só para o cultivo, mas também mobilizava o status do senhor de terras e era utilizada menos em proveito da agricultura do que da expansão territorial. (FAORO apud RAMOS, 1994).

Identifica-se assim, uma forte relação de poder entre quem detinha a terra e o poder político. Portanto, sinal de poder político, significava em outras palavras ter grandes extensões de terras, ou seja, a terra exercia mais um papel simbólico do que produtivo.

Dessa maneira, identifica-se que o espaço agrário no Rio grande do sul se constituiu, historicamente, por um processo de ocupação caracterizado pela distribuição de grandes extensões de terras. Essas grandes extensões de terra distribuídas a pessoas com influência perante a Coroa Portuguesa no século XVI.

Portanto, a partir dessa conjuntura, configuram-se leis, como a Lei de Terras de 1850, a qual admitia a transmissão da propriedade apenas pela sucessão e pela compra e venda, e não pela posse. Essa legislação foi o suporte para o exercício da dominação da classe dos proprietários de terra e sesmeiros, já que aquelas pessoas que não comprovavam a propriedade da terra onde viviam, passavam a ser consideradas em condição ilegal.

Para Ramos (1994) pode-se constatar desde a origem da constituição da propriedade fundiária no Rio grande do sul, a configuração de um campo de conflitos, ficando evidente o capital fundiário como elemento central das disputas.

Ramos (1994) destaca que o senhor de terras, a partir de 1850, passou a ter um título a que muitos aspiram. Isso logo porque ser considerado senhor de terras traz consigo o serviço de ser respeitado. Essa explanação geral sobre a constituição da propriedade fundiária no Rio grande do sul conduz ao entendimento da origem e organização dessa forma de propriedade.

A segunda diferenciação da ocupação do território gaúcho, refere-se as áreas florestais que foram, no decorrer do processo de ocupação, desprezadas pelo latifúndio pecuarista nos campos fronteiriços. Portanto, estas áreas somente começaram a ser ocupadas no século XIX com o estímulo governamental à imigração de europeus, principalmente de italianos e alemães.

A ocupação das áreas florestais com imigrantes europeus, organizada a partir das pequenas propriedades familiares, desenvolveu a agricultura de subsistência, chamada também de agricultura colonial. Assim, as áreas de colonização ao norte do estado, começaram a desenvolver-se, por produzir os produtos que a grande propriedade não produzia.

A diferenciação na ocupação da posse da terra no Rio Grande do Sul possibilitou o surgimento de uma dicotomia muito marcante em sua estrutura fundiária. Assim, nas áreas de fronteira, com uma colonização basicamente formada por descendentes de portugueses ligados ao império, a propriedade da terra estava associada à sesmaria, enquanto que as áreas coloniais, ao norte do estado, colonizadas predominantemente por italianos e alemães, possuía uma estrutura fundiária alicerçada na pequena propriedade familiar.

Essas duas formas de colonização e ocupação do território gaúcho materializou no espaço diferentes formas de uso da terra. De um lado, ocorreu o pleno desenvolvimento das atividades pastoris com a grande ascendência das charqueadas e, por outro, emergiu a partir de meados de 1850, com a imigração, a emergência de uma produção familiar estruturada na policultura e a presença da pequena propriedade rural.

Na visão de Ramos (1994) a propriedade fundiária significa mais do que a posse de um bem material bastante peculiar. Ela permite a consolidação de um reconhecimento de uma legitimidade que transcende as determinações meramente materiais e percorre os neandros dos simbolismos presentes nos estilos de vida daqueles que foram, e que são, na história da constituição da propriedade fundiária no Rio Grande do Sul, os mais favorecidos.

3. A EMERGÊNCIA DE UMA IDENTIDADE REGIONAL E A SUA CONSTRUÇÃO NO IMAGINÁRIO SOCIAL GAÚCHO

O Rio Grande do Sul caracteriza-se pela identidade de uma sociedade que através dos tempos lutou e preservou as regiões fronteiriças entre o Brasil, Uruguai e a Argentina. Dessa maneira, consolidou-se como uma região de conflitos e lutas para manutenção do território.

Podemos considerar este período, do início da colonização, fixação de fronteiras e afirmação econômica, do século XVIII à Revolução Farroupilha, como etapa de apropriação do território, formadora da sociedade e, concomitantemente, do espaço regional, representado até então pela área campestre/latifundiária.

Estrutura-se então o espaço regional, a partir do fortalecimento dos interesses de uma fração de classe dominante, frequentemente contraditório com os do poder central do Império, e que culminou na decretação da independência da província por ocasião da Revolução Farroupilha.

Haesbaert (1988) destaca que os elementos de natureza política são fundamentais para a formação de uma região, pois o regionalismo é inicialmente concebido como um "movimento político e cultural que procura proteger e fomentar uma cultura nativa, além de incentivar o estabelecimento de instituições políticas autônomas em determinadas regiões".

Assim, essa área fronteiriça emerge como uma região com um poder econômico e político muito denso, em função das charqueadas e da classe burguesa agrária. A hegemonia dessa classe manteve-se dominante, até o começo da imigração européia, constituída basicamente por pequenos proprietários de terra que ocuparam as áreas não aproveitáveis pela pecuária latifundiária, redefinindo a ocupação do território gaúcho e consolidando um novo padrão social.

Pode-se assim, evidenciar a dicotomia que começou a se territorializar no Rio Grande do Sul, de um lado a tradicional burguesia agrária e de outro a emergente área colonial de imigração européia.

Heidrich (2000) destaca que em várias contribuições já se observou que formas específicas da produção econômica possibilitam a construção do particularismo. Em especial, o reconhecimento do problema regional como resultado da diferenciação espacial da dominação social parte da compreensão de que toda forma social possa ser compreendida a partir da articulação de vários modos de produção.

Aos poucos, foi se identificando nas áreas tradicionais de pecuária uma resistência ao processo de imigração, pois este, poderia

intervir nos interesses econômicos e políticos da classe latifundiária gaúcha. Portanto, ocorre uma redefinição da região e a sustentação do regionalismo político na Campanha Gaúcha, área tradicional da classe burguesa agrária, como forma de resistência ao novo momento político presenciado no estado.

Para Haesbaert (1988) o surgimento de um novo espaço a partir da formação de uma classe de pequenos produtores agrícolas e comerciantes, descendentes de colonos alemães e italianos, aliado a crise da pecuária em 1875, leva-nos a redefinir a Campanha Gaúcha como um espaço regional, e não homogêneo, pois o predomínio de sua fração regional de classe não se confunde mais com a totalidade do espaço provincial, obrigando-a a incorporar à sua hegemonia política o novo espaço social da colônia formada por pequenas propriedades rurais.

O governo imperial, sem interesse em tocar diretamente no espaço latifundiário, promoveu a apropriação privada e a colonização das áreas de mata do Rio Grande do Sul, embrião de uma futura expansão tentacular das pequenas e médias propriedades em direção as áreas fronteiriças.

Na verdade o que ocorreu, foi a preservação do latifúndio e a reestruturação do espaço regional. Reestruturação dada a partir de novos agentes, agora não mais somente nas mãos da burguesia agrária latifundiária, mas incorporando os pequenos proprietários de terras das áreas coloniais. Nesse novo momento, a pequena propriedade emerge como algo mais dinâmico do que a pecuária, que passava por uma série de problemas, e atendendo as novas exigências do mercado, que era a produção de alimentos para os centros urbanos.

Na visão Haesbaert (1988), o espaço latifundiário, contudo, resistia. Embora o seu significado político e econômico seja cada vez mais restrito, interessa-nos constatar, num processo mais recente, como e em que grau ocorre esta resistência, e o papel adquire hoje a base territorial que selou o regionalismo das antigas oligarquias. Isto porque, o espaço não pode ser visto como uma tábua rasa: materialização que sintetiza uma época, um processo, ele deve ser visto com toda uma

carga de significações que nem sempre se dissipam com as transformações econômicas e políticas.

As diferenças regionais decorrem da própria diversidade nos tipos de dominância daquilo que identifica como “modos de articulação” entre os modos de produção. Dessa forma, ele concebe uma determinação geral na qual o capitalismo em articulação com outros modos de produção, dominados, como a produção doméstica ou a pequena produção de mercadorias, gera a formação de estruturas regionais (LIPIETZ apud HEIDRICH, 2000).

Observa-se dessa maneira, alguns fatores que condicionaram a preservação do espaço latifundiário de pecuária na Campanha Gaúcha. Haesbaert (1988, p.60) destaca:

A importância adquirida pelo latifúndio como base do poder econômico e político, na sustentação de uma fração regional de classe. Dialeticamente, à medida que era fortalecido o poder político, aliado a uma ideologia profundamente conservadora, reforçava-se a própria manutenção da grande propriedade; A disponibilidade de força de trabalho farta e barata, retardando assim o processo de capitalização da pecuária; O papel secundário da pecuária na política econômica nacional, o que desestimulava sua transformação em atividade em caráter extensivo; A crença que predominou entre os estancieiros, e que apenas em parte é verdadeira, de que áreas de campo não são próprias para a agricultura, e de que a pecuária, sendo menos vulnerável às oscilações climáticas da região, teria maior garantia de rentabilidade; Por estar situada ao longo de fronteira internacional, as transformações espaciais de maior vulto tem de passar pela aprovação do governo central.

O latifúndio resistiu ao processo de modernização da agricultura em meados da década de 1960, em sua grande maioria não incorporando significativas mudanças em seus sistemas de produção.

Com isso, fomentou-se o apoio estatal à empresa rural, através da criação de infra-estrutura para armazenagem e comercialização, garantias para a compra do produto e financiamento à

agricultura, também colaborou eficazmente para a incorporação da Campanha na nova divisão territorial do trabalho.

Mas essa agricultura incorporada na Campanha Gaúcha, não foi capaz de alterar a estrutura fundiária regional, pelo contrário, concentrou-a ainda mais. A única diferença do momento anterior, o das charqueadas, é que agora a Campanha Gaúcha tem na agricultura moderna um dinamismo maior em sua economia.

Haesbaert (1988) destaca a ideologia presente no discurso regional quanto a vinculação ao trabalho, pois difundia-se que o colono europeu, agricultor, comerciante ou industrial, era empreendedor, “progressista”, e o pecuarista, de origem lusa, era retrógrado e conservador. Segue o autor, generalizações desta ordem, em lugar de contestarem a sociedade e o espaço latifundiário, contestam apenas o exclusivismo da pecuária e a índole política hegemônica de seus antigos “coronéis”, corroborando ideologicamente a penetração gradativa da nova desigualdade imposta pela modernização conservadora.

4. A IDEOLOGIA DO “GAUCHISMO” NO IMAGINÁRIO SOCIAL

A construção de um imaginário social, que fosse homogêneo, em relação ao surgimento do “gauchismo”, foi um dos recursos utilizados pela burguesia agrária para tentar preservar seu *status quo*, embora essa manutenção significasse apenas uma reafirmação de seus valores e costumes, e não poder político e econômico.

Valle (1997) destaca que para Castoriadis, o homem cria – inventa – a sociedade; ele a institui, instituindo as figuras / formas / imagens / que a compõem e que dotam a práxis humana de todo o seu significado. Por isso, em sua obra, o conceito de imaginário está intimamente relacionado à idéia da criação – emergência do novo, da novidade radical que, produzida pelo homem, marca sua instituição sempre singular de cada sociedade.

Então, o que de novo surge no Rio Grande do Sul, no momento em que a classe burguesa agrária encontrava-se decadente tanto socialmente quanto economicamente, foi a criação do “gauchismo” como identidade regional que se diferencia o estado por particularidades bem específicas, como a relação campestre/latifúndio, e, a sociedade que se organizou entorno deste.

Toda identidade só se torna ativamente presente na consciência e na cultura de sujeitos e de um povo quando se vêem ameaçados de perdê-la. Poderíamos então supor que, à medida que fossem destruídas as formas tradicionais de vivência do gauchismo, via incorporação pelo padrão global capitalista, haveria uma reafirmação da diferença concebida de resistir aos modelos culturais (HAESBAERT apud BRANDÃO, 1986).

A manutenção de uma identidade cultural regional esbarraria na heterogeneidade dos processos sociais encontrados no Rio Grande do Sul, como a área colonial e a área latifundiária, como dois processos antagonísticos. Portanto é nessa perspectiva que surge e é difundido no imaginário social um Rio Grande do Sul do “gauchismo”, ou seja, aquele montado a cavalo, bombacha, chimarrão e a grande propriedade, características essas que demonstram uma certa resistência aos novos tempos.

Para Haesbaert (1988) mais que a simples resistência do espaço e da sociedade tradicionais, o atual resgate da identidade regional reflete um quadro bem mais complexo, forjado em relação à idéia de que o Rio Grande do Sul como um todo está sendo “ameaçado” e que sua antiga posição econômica e política deve ser recuperada.

Assim, a identidade regional, contudo enquanto ideologia que se apresenta como universal à região, produzida pelo e para o grupo dominante, não emana automaticamente dessa classe. Suas raízes podem estar numa releitura que as frações hegemônicas realizam de elementos perdidos ou retomados na própria cultura popular ou subalterada.

Para Heidrich (2000) as circunstâncias históricas que levaram o Estado do Rio Grande do Sul a incumbir-se da administração e do governo de um território segmentado econômica e culturalmente, com

inserção subsidiária ao conjunto nacional, fez emergir no imaginário social a necessidade de fortalecer um regionalismo.

De um lado, a existência do estigma da não-brasilidade e a necessidade de acesso ao poder central e, de outro, o fracionamento no interior da própria elite latifundiária, o surgimento de novos segmentos sociais dominantes e de diversa origem cultural, são as razões que fundamentam a necessidade de uma atuação mais efetiva no campo da afirmação da identidade regional, inclusive de forma oficial.

Haesbaert (1988) destaca, que o termo *gaúcho* reflete de modo incontestado essa origem ambígua e contraditória da ideologia que o reinventou como signo representativo da identidade regional, o índio ou mestiço com espanhóis e portugueses, o “changeador” livre era nos primórdios da colonização o único indivíduo conhecido como gaúcho.

Portanto, em função dessa necessidade de reafirmação de um espaço regional homogêneo, coeso, fez-se com que se reapropriasse o termo gaúcho, que agora não era visto como um sujeito inferior, importuno e a parte da sociedade gaúcha, mas sim como eixo central dessa sociedade.

Assim, enquanto foi de interesse para o colonizador, o gaúcho era “libertino”, o “vagabundo”, guerreiro sem terra nem lei, elemento a ser extirpado para dar lugar à definitiva posse e ocupação do território. Estabelecido e consolidado o latifúndio, a efetiva apropriação ideológica do gauchismo iria coincidir com os primeiros indícios de perda da hegemonia política regional no final do século passado já se renunciava, assim, o resgate da “nobre herança” do gaúcho, agora estendida, por absoluta conveniência, à sociedade pastoril como um todo.

Enquanto dominante, a velha oligarquia rural necessitava “afirmar sua diferença” pelo acirramento de sua identidade cultural. Entretanto, a partir do momento em que a sociedade era incorporada aos novos padrões de modernização e do “progresso” capitalista, os elementos representativos de uma “cultura regional” específica vinham à tona, considerados como antagônicos a este processo e, portanto, conservadores, ultrapassados. A marginalização do gauchismo ficava cada vez mais evidente.

O isolamento entre as duas sociedades era enfrentado pelo governo gaúcho através de modificações introduzidas no campo educacional, tornando compulsório o ensino em língua nacional. A partir de 1920, o governo do estado passou a abrir escolas públicas junto às comunitárias e, em 1909, já condicionava as suas subvenções a estas ao ensino de pelo menos duas horas diárias em língua nacional (KRUEUTZ apud HEIDRICH, 2000)

Para Haesbaert (1988) a própria política cultural do governo estadual passa a dar, nos anos 80, apoio irrestrito ao tradicionalismo, gerando o protesto de outros segmentos artísticos, dotados de uma perspectiva de cultura bem mais ampla que aquela vinculada pelos interesses oficiais. Difundiam-se rapidamente por todo o estado os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), os encontros de música nativista e mesmo os juvenis, outrora críticos e ferrenhos da cultura regional, assimilaram a identidade gaúcha.

Para Heidrich (2000) o regionalismo centra sua justificativa na construção de uma regionalidade que particulariza sua inserção no âmbito nacional. Sua coesão interna necessita da presença de valores simbólicos, da dissimulação de suas diferenças internas e de apresentar-se ante a nação como conjunto integrado para ter força política. Os elementos do poder simbólico, como uma conformação paisagística própria, uma tradição econômica, uma história peculiar à nacional, são em suma, suportes do interesse regional.

O latifúndio não possuindo mais o ser poder econômico e político outrora, territorializou-se em uma ideologia mistificada do gaúcho, sendo cultuado nas áreas urbanas, onde as músicas e os rodeios mantinham a identidade regional forjada como homogênea.

Para Heidrich (2000) como se vê, identidade regional e regionalismo possuem dois campos de atuação: um reforça a identidade brasileira dos gaúchos e outro produz a convergência de interesses para a nação que lhe é regionalmente próprio, como a pecuária, a lavoura moderna dentre outros. Não é demais lembrar a estreita relação existente entre as funções simbólicas do argumento regionalista e, por extensão,

da identidade que o sustenta como objeto da apropriação do regional, através da instrumentalização política do sentido construído.

Para Castoriadis (1982, p.152)

a sociedade constitui seu simbolismo, mas não dentro de uma liberdade total. O simbolismo se crava no natural e se crava no histórico (ao que já estava lá); participa, enfim, do racional. Tudo isso faz com que surjam encadeamentos de significações, relações entre significantes e significados, conexões e conseqüências, que não eram nem visados nem previstas.(...) o simbolismo determina aspectos da vida da sociedade (e não somente os que era suposto determinar) estando ao mesmo tempo, cheio de interstícios, e de graus de liberdade.

Apesar de ser vista antes de tudo como uma qualificação, a imposição da identidade regional deve ser interpretada não apenas como esse mecanismo manipulador através das significações atribuídas pelos grupos dominantes, mas também na natureza ambígua que seus símbolos projetam.

Para Heidrich (2000), a representação também se manifesta pela “dominância do imaginário da instituição”, que propicia a sua autonomização em relação à sociedade. No campo do imaginário mesclam-se as valorizações subjetivas relativas ao território, a memória e os valores culturais.

Nesse sentido cabe ressaltar que nada permite determinar as fronteiras do simbólico, sendo impossível associá-lo a uma lógica específica e muito menos reduzir as instituições e a sociedade a uma rede simbólica geral. As formas de vinculação das significações em símbolos, produtos e produtores não seriam um novo instrumento pelo qual ajustariamos toda a interpretação da realidade, mas ofereceriam como uma das leituras possíveis, suficientemente abertas para a margem “a imaginação produtiva ou criadora” capaz de ver através das significações bem mais do que a determinação e a causalidade pura, pois ao mesmo tempo que “determina aspectos da vida da sociedade”

o simbolismo esta “cheio de interstícios e graus de liberdade” (CASTORIADIS apud HAESBAERT,1988).

Para Haesbaert (1988) esta indeterminação e “semilogicidade” dos símbolos aparece claramente nos múltiplos sentidos dados ao espaço pela sociedade. Assim, nos processos históricos regionais, um mesmo espaço pode revelar diferentes significações de acordo com os signos que projeta e com a apropriação ideológica e histórica que se faça de seu conteúdo cultural. Desse modo o próprio sentido dado pelos grupos detentores do poder pode ser desvirtuado por outros segmentos sociais.

Valle (1997) resalta que para Castoriadis, não há, simplesmente falando, como “explicar” a emergência de uma nova sociedade porque não é possível deduzir o novo de uma “causa” necessária, sem com isto desnaturá-lo. Assim, a sociedade e a práxis humana estão submetidas a determinações de diferentes ordens: naturais, materiais, históricos. Mas Castoriadis assinala que ainda estas determinações são trabalhadas pela criação humana, que as institui também como realidades simbólicas, no imaginário “secundário”, “derivado” ou “simbólico” – conjunto dessas produções tal como se concretizam e se instituem na sociedade.

Na verdade, essa identidade regional que territorializava-se no Rio Grande do Sul, demonstrava os interesses de uma pequena parcela da sociedade gaúcha para a manutenção de seu *status quo*. Assim, considerar que com a emergência e consolidação desse regionalismo surgiria no Rio Grande do Sul uma nova sociedade seria equivocado, pois esses valores e significados não conseguiram destruir os modos de vidas e valores das áreas coloniais, e sim incorporaram novos elementos a eles.

Nesse sentido, a institucionalização por parte do governo da necessidade de materialização da identidade regional foi transferida para o ensino, em função da facilidade de disseminação no imaginário social desse gauchismo.

Nesse contexto, Heidrich (2000) destaca, que em 1954, foi criado o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore e, em 1988, o ensino de “folclore” foi tornado obrigatório como parte da disciplina de Estudos

Sociais, no sistema estadual. De certo modo, essas medidas contribuíram para a formação da identidade cultural assentada no mito, não somente indistinta entre vários segmentos étnicos que compõem a população sul-rio-grandese, como também, no período mais recente, ganha valorização entre as classes médias urbanas.

A assimilação cultural, das populações das regiões coloniais pode ser interpretada como uma incorporação cultural via organismos públicos que viabilizaram a aceitação da cultura regionalista. Um indicador desse fato é permitido a partir da observação da escansão dos CTGs, nessas regiões. A cultura do gaúcho passa a configurar-se num elemento aglutinador para a integração das duas sociedades numa única regional.

Haesbaert (1988) enfatiza que uma ideologia mistificadora que objetiva resguardar os interesses de uma minoria pode também, evidenciar os símbolos que legitimam, criar então novas significações capazes de desnudarem a verdadeira face que o sustenta.

No caso específico do latifúndio, se por um lado ele representa o espaço-símbolo viabilizador do resgate da identidade cultural do gaúcho tradicional, necessitando mesmo o fortalecimento desta identidade como uma das formas de se autopreservar, por outro lado ele constitui a manifestação especial mais concreta das desigualdades que se asseguram à reprodução da sociedade, podendo mesmo desaparecer seu próprio processo de superação.

Para Heidrich (2000) é significativo apontar a seguinte observação: apesar de no sul do estado haver predominância da estância pastoril, na qual se fundamenta a representação do simbolismo regional, não se denota por isso a supremacia do culto tradicionalista á utilização do cavalo na região.

Na verdade o que ocorre na atualidade, é que nas áreas onde se projetou a imagem de um regionalismo alicerçado no gauchismo ou seja, na Campanha Gaúcha, não ocorre a supremacia das atividades culturais em torno do gauchismo. Assim, o que se verifica é que nas áreas não tradicionais de latifúndio, as áreas coloniais, cultiva-se muito intensamente o gauchismo do que na própria Campanha Gaúcha.

Haesbaert (1988) identifica a definição da grande propriedade (latifúndio), do latifúndio pastoril nas áreas fronteiriças como estrutura populacional padrão para a identidade gaúcha, seu espaço de referencia a partir do qual é retratado e preservado um imaginário coletivo, cuja base concreta de representação são as praticas sociais nele reproduzidas. Trata-se, pois, de um dos elementos mínimos passíveis de sofrerem apenas modificações relativas, imprescindíveis para a reprodução da identidade regional.

Para Castoriadis (1982, p.154)

o imaginário deve utilizar o simbólico, não somente para "expressar-se", que é óbvio, mas para "existir", para passar do virtual a qualquer coisa a mais (...) na medida em que o imaginário se reduz finalmente á faculdade originária de pôr ou de dar-se, sob forma de representação, uma coisa e uma relação e não são (que não são dadas na percepção ou nunca foram), falaremos de um imaginário último ou radical, como raiz comum do imaginário efetivo e do simbólico. E finalmente a capacidade elementar e irredutível de evocar uma imagem.

A representação da identidade regional através do culto ao latifúndio e as tradições que o circundam, tem uma raiz muito forte no simbolismo que esses elementos representaram para a burguesia agrária, que apesar de não mais representar uma classe dominante, preserva sua identidade, territorializada em todo rio Grande do Sul, bastam conferir as atividades gauchescas nas áreas coloniais formadas por descendentes europeus na sua grande maioria pequenos proprietários de terra.

Heidrich (2000) enfatiza que estão estritamente ligados, identidade, regionalismo e necessidade econômica ligada a uma forma hegemônica de dominação social. Aquilo que de forma mais abstrata definiu, anteriormente, da definição da comunidade territorial a partir da intercessão da cultura, da política e da economia comuns, mais concretamente se percebe agora. Tanto há a necessidade da criação de um sentimento de pertença por uma determinada comunidade, assim

como também elite e comunidade reproduzem-se através de relações econômicas.

Valle (1997) destaca que a contribuição de Castoriadis sobre o imaginário possui uma visão em um sentido dinâmico: o imaginário social é, "radicalmente", potencia criadora, que adjetiva e circunscreve a prática social. Essa sua natureza permite que compreendamos que a ideologia não é resultante da existência do imaginário social, mas antes de um tipo de relação que estabelecemos com essa instância. E, da mesma forma, a emancipação da sociedade, que não é decorrência forçosa e natural da simples existência desse poder criador, desse potencial de autonomização, mas requer, ainda, que a sociedade dele lance mão. Assim, o imaginário tanto pode servir ao submetimento ideológico, às forças de conservação do *status quo* quanto à sua auto-emancipação da sociedade.

No imaginário social, o gauchismo corresponde uma identidade regional, representando uma uniformidade sócio-cultural no Rio Grande do Sul. Mas na realidade o que se identifica é uma pluriatividade de culturas que se subordinaram ao gauchismo imposto pela classe burguesa agrária que ao perceber sua perda de poder político e econômico, fomentou a construção de um regionalismo alicerçado no latifúndio pastoril e suas características sócio-culturais.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A construção da identidade regional no Rio Grande do Sul confunde-se com os interesses da classe burguesa agrária latifundiária. Ao sentir-se ameaçada em seus interesses políticos e econômicos, sua identidade foi espacializada em todo o estado do Rio Grande do Sul, territorializada nos aspectos culturais, principalmente no "gauchismo".

A propriedade latifundiária, como poder econômico e conseqüentemente político sofreu grandes perdas, inclusive em seu *status* econômico, conseqüências das transformações que ocorreram no mercado nacional, onde novos agentes entraram em cena, principalmente alicerçado no processo de industrialização pós 1950.

Os interesses da classe burguesa latifundiária consolidaram-se, na medida em que, criou-se no imaginário social da sociedade gaúcha, uma nuposta identidade regional homogênea. Nesse sentido, o Rio Grande do Sul como um todo, representaria um território de resistência às transformações sociais e econômicas que emergiam rapidamente, ameaçando a tradicional cultura gaúcha.

O regionalismo no Rio Grande do Sul foi incorporado e assimilado por toda a sociedade gaúcha, como uma manutenção de um *status quo* da nuposta identidade gaúcha. Nesse sentido, o próprio termo "gaúcho" que outrora significava um cidadão não bem visto pelos dominantes, por ser algo pejorativo desprivilegiado e excluído, passa a ser incorporado para designar o símbolo do regionalismo, com qualidades exarcebadas para designar uma identidade que foi assimilada no imaginário social de todo o Estado do e também no cenário nacional.

Assim, a territorialização da identidade regional como sinônimo da existência da classe burguesa agrária latifundiária, não se restringiu somente no estado do Rio Grande do Sul, sua ideologia espalhou-se por diversas áreas do país, impulsionada pela migração de gaúchos para o restante do país, na chamada "diáspora gaúcha".

Sendo assim, atualmente percebe-se a territorialização da "cultura gaúcha" principalmente nos estados que fizeram parte da chamada fronteira agrícola brasileira, desde os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia e atualmente até no norte do país.

Mas ao identificar o "sujeito" que territorializou a cultura gaúcha em grande parte do território brasileiro, conseqüentemente o fortalecimento regionalismo gaúcho pelo país, verificasse que suas origens não estão associadas a tradicional classe burguesa agrária latifundiária, e sim com os descendentes de imigrantes (italianos, alemães).

Nesse contexto, percebe-se que o regionalismo construído a partir dos interesses da burguesia agrária latifundiária, ultrapassou o mero objetivo de fortalecimento e manutenção de um estilo de vida, esse foi incorporado no imaginário social de toda sociedade gaúcha como sendo a cultura gaúcha.

Assim, a cada festividade relacionada com o "gauchismo" se comemora o culto a grande propriedade latifundiária, as relações patriarcais, e a uma época que não existe mais. Mas no imaginário social, essa seria a única e verdadeira identidade do Rio Grande do Sul.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 3° ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HAESBAERT, Rogério. *RS: latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. *Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2000.

RAMOS, Marília P. Burguesia Agrária: origem social e organização da propriedade. *Cadernos de Sociologia*, número especial out. 94 p. 21-41.

VALLE, Lílian do A escola imaginária. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.